

ANAIS
DO
PARLAMENTO BRASILEIRO

CÂMARA DOS SRS. DEPUTADOS
Segundo Ano Da Primeira Legislatura
SESSÃO DE 1827

TOMO QUINTO

RIO DE JANEIRO

Tipografia de – Hyppolito José Pinto & C^a – rua do Hospício, 203

1876

ASSEMBLÉA GERAL LEGISLATIVA

Câmara dos Srs. Deputados

1827

ÍNDICE¹

1827

Índice dos meses de Setembro, Outubro e Novembro

QUINTO VOLUME

A

Antonio José Coelho Lousada – discussão do parecer da comissão de constituição apresentado na sessão de 18 de Agosto, sobre a pretensão do Dr. Lousada a ser considerado cidadão brasileiro; aquele parecer terminava propondo a acusação do ministro do império, que havia declarado o mesmo doutor no gozo dos direitos de cidadão brasileiro; foi aprovado – pág. 10.

Orou o Sr. Vasconcellos, que no remate do seu discurso proferiu as seguintes expressões: “Apressemos-nos, Sr. presidente, apressemos-nos a dar ao Brasil o grande espetáculo da acusação de um ministro de estado; o caso é de urgência, enganemo-nos; a responsabilidade não é um nome vão, e o exemplo do castigo produzirá os bens que apeteçamos.”

Aposentadorias – pág. 182.

Absolutismo na Bahia – sobre as tentativas para a proclamação do absolutismo na Bahia – parecer da comissão de constituição, tratando deste assunto, analisando os ofícios dirigidos ao governo pela presidência daquela província, e estranhando o procedimento irregular com que se houvera a mesma presidência em face dos acontecimentos; concluindo que se oficiasse ao mesmo governo comunicando-lhe o desprazer de que ficou penetrada a Câmara dos deputados com a participação de tais notícias e a sua constante disposição para ocorrer à segurança de estado com medidas extraordinárias, quando fossem indispensáveis; o parecer está assignado

¹ O texto dos índices foi digitado e não houve conferência do trabalho. Foi feita também a conversão para a ortografia atual. Os índices originais poderão ser consultados no corpo dos respectivos anais.

pelos Srs. Limpo de Abreu, Manoel Antonio Galvão, Teixeira de Gouvêa, Vasconcellos e Lino Coutinho – págs. 40 e 41.

Alvará de 4 de Setembro de 1810 – sua ab-rogação, projeto do Sr. Deos e Silva – pág. 49.

Ajudas de custo aos Senadores e deputados – parecer da comissão de fazenda – pág. 57.

Abertura de estradas e canais – sobre o respectivo projeto de lei – págs. 58, 139, 142 e 155.

Oraram os Srs. Costa Aguiar e outros.

Abolição dos foros privilegiados – Vid. *Privilégios de foro*.

Armações da pesca das baleias pertencentes ao estado – projeto da comissão de fazenda autorizando o governo a aliená-las – págs. 78, 92, 136, 151, 157 e 204.

Agravos de petição – projeto da comissão de legislação, justiça civil e criminal, abolindo os agravos de petição, e os agravos de ordenação não guardada – págs. 92, 142, 153 e 155.

Oraram os Srs. Costa Aguiar e outros.

Administrações paróquias – discussão do projeto do Sr. May – pág. 94.

Oraram os Srs. May, Custodio Dias e Souza França. O projeto não passou à 2ª discussão.

Aracati – projeto do Sr. Paula Cavalcante, estabelecendo que fossem admitidos a despacho de exportação e importação no porto de Aracati, os gêneros estrangeiros ou nacionais, sujeitos a pagar direitos – pág. 99.

Aracati – projeto do Sr. Castro Silva, criando uma alfândega naquele porto – pág. 100.

Abolição do exclusivo da navegação entre o porto de Santos e os portos do interior – projeto de lei, discussão – págs. 143, 144 e 147.

Arrematação em hasta pública da casa da rua do Ouvidor n. 137 – resolução – pág. 200.

Arraial da Meia Ponte em Goiás, elevado à categoria de vila com a denominação de vila de D. Pedro I – resolução da comissão de estatística – pág. 208.

B

Banco do Brasil – parecer da comissão de fazenda sobre os projetos dos Srs. Vasconcellos e Hollanda Cavalcante, relativos ao dito banco – págs. 69 e 97.
Oraram os Srs. Vasconcellos e outros.

Bula – extinção do tribunal da bula da cruzada – págs. 87, 102, 151 e 155.

Bispados de Goiás e Mato Grosso – emendas do Senado à proposição da Câmara – págs. 99, 107, 123 e 182.

Discurso de deputado Vasconcellos ao apresentar à sanção a lei respectiva com a limitação feita pela Câmara à referida bula.

Bula do santo padre *Ploeclara Portugaliae, Algarbiorum que regum* – confirmando o grão-mestrado das três ordens militares de Cristo, Santiago e Aviz, na pessoa do imperador do Brasil, com o voto em separado do Sr. bispo do Maranhão – págs. 121, 127, 153 e 174.

O parecer das comissões que foram ouvidas sobre a referida bula está assignado pelos Srs. Clemente Pereira, Teixeira de Gouvêa, Limpo de Abreu, Vasconcellos, Feijó, Miguel Rainaut, Rocha Franco e Vergueiro, e concluía que a assembleia geral não devia prestar aprovação à dita bula.

Na discussão propôs o Sr. Vasconcellos “que se declarassem inconstitucionais os princípios do voto separado do Sr. bispo do Maranhão, e que se recomendasse ao governo a responsabilidade do ministro brasileiro em Roma.”

Brigada de artilharia de marinha – emendas do Senado ao projeto da Câmara – págs. 135, 136, 151 e 155.

Bacharéis sem carta de formatura despachados para os lugares de letras – parecer da comissão de constituição considerando tal prática contrária à lei, e propondo que se recomendasse ao governo a cessação deste arbítrio – págs. 138 e 152.

Houve uma emenda do deputado Dormund ao parecer, dizendo: “decrete-se a acusação do ministro da justiça, pela inobservância da lei.”

Oraram os Srs. Vasconcellos e outros.

Buscas – projeto do Sr. Vasconcellos – pág. 174.

Bispados do Maranhão e Pará – bulla sujeitando estes bispados ao metropolitano da Bahia; parecer da comissão e voto separado do Sr. bispo do Maranhão – pág. 183.

C

Corretor da fazenda pública – sua extinção – págs. 10, 16, 17, 72, 145 e 183.

Causas meramente eclesiásticas – projeto do Sr. Deos e Silva, determinando que os recursos das do Pará e Maranhão se interpussem para a Sé metropolitana da Bahia – págs. 12 e 24.

Côngruas dos párocos – resolução elevando-as, pág. 14.

Carnes verdes – sobre o contrato das carnes verdes – págs. 17 e 25.

Cadeia pública – proposta do ministro da justiça para sua construção – págs. 17, 124, 134 e 151.

Conselho de fazenda – abolição – pág. 29.

Cursos jurídicos de São Paulo e Olinda – projeto designando os edifícios em que deviam funcionar – págs. 36, 52, 69, 71, 76, 84, 101, 163 (emendas do Senado) e 165.

Oraram os Srs. Cunha Mattos, Vergueiro, Vasconcellos, Odorico Mendes e Lino Coutinho.

Carne seca exportada em navios estrangeiros da província do Rio Grande do Sul – projeto do Sr. Xavier Ferreira, diminuindo a quantia do seu pagamento por arroba – pág. 40.

Conventos de reforma da Conceição – projeto de lei do Sr. Odorico Mendes, proibindo a entrada de noviços naqueles conventos – pág. 45.

Orou o Sr. Odorico Mendes.

Cauções que devem prestar os devedores do estado – discussão do respectivo projeto – págs. 46, 48, 49, 74, 76 e 101.

Oraram os Srs. Vasconcellos, Maia, Souza, França e Calmon.

Conselhos de guerra nas províncias – aprovação das emendas do Senado ao projeto da Câmara, - págs. 52, 53, 74 e 75.

Conselho de fazenda – projeto de sua abolição; foi aprovado em 3ª discussão – págs. 52 e 53.

Conselhos gerais de província – projeto do Sr. Avelino Barbosa, tornando irresponsáveis por suas opiniões proferidas em conselho, os respectivos membros – pág. 57.

Carpinteiros – discussão da proposta do ministro da marinha, sobre a criação de carpinteiros no arsenal de marinha – págs. 71 e 75.

Canal entre a capital do Maranhão e o interior da província – projeto da comissão de fazenda aplicando para sua abertura uma prestação igual à 4ª parte do produto anual do imposto de 600 rs. Em arroba de algodão em pluma exportado – págs. 80, 101, 121, 139 e 147.

Cursos jurídicos – projeto do Sr. Deos e Silva, fixando bases para a nomeação do diretor, seus vencimentos, os dos contínuos, criação de uma biblioteca nos cursos, etc. – pág. 84.

Colonos – pedido de informações do Sr. Custodio Dias sobre a cifra que se tem despendido com a introdução de colonos, depois de promulgada a constituição – pág. 99.

Concílio tridentino – emendas do Senado à resolução da Câmara, relativas às disposições do concílio tridentino, e da constituição do arcebispo da Bahia, sobre os casamentos – pág. 99, 108, 123 e 182.

Celibato dos padres – voto do Sr. Feijó, propondo sua abolição – pág. 115.

O Sr. Souza Mello opôs-se à impressão daquele voto; contra isso

Oraram os Srs. Custodio Dias, Costa Aguiar, Cunha Mattos, arcebispo da Bahia, Feijó e Vasconcellos.

Cursos de estudos elementares – projeto – pág. 126.

Comércio de cabotagem – projeto da comissão de fazenda permitindo-o aos estrangeiros durante a guerra com Buenos Aires – pág. 140.

Couros - quinto dos couros, arrematação na província de São Pedro do Sul – págs. 143, 145 e 155.

Oraram os Srs. Vasconcellos e outros.

Colonização – plano proposto pelo francês L. Guyot, e remetido de Paris pelo visconde da Pedra Branca – pág. 141.

Comandante das armas da província do Maranhão – indicação do Sr. Odorico Mendes para que se pedissem informações ao governo acerca do procedimento arbitrário daquele militar no exercício de suas funções; parecer das comissões de constituição e guerra; voto separado dos Srs. May e Cunha Mattos – págs. 155, 194, 195 e 204.

Companhia de Jesus – indicação do Sr. Vasconcellos para que se recomendasse ao governo a execução das leis que aboliram no Brasil aquela sociedade – pág. 188.
Oraram o autor da indicação, Cunha Mattos, Odorico Mendes e Souza França.

Comissão de estatística – apresentou diversos pareceres sobre a criação de comarcas, anexação de termos, divisão civil e eclesiástica das províncias, etc. – págs. 207 a 212.

D

Dívida pública – reconhecimento e legalização da dívida pública – págs. 5, 6, 10, 16, 18, 20, 24, 25, 26, 28, 63, 65, 69, 72 e 158.

Oraram os Srs. Calmon e outros.

Diplomas – proposta do ministro do império regularizando a expedição dos diplomas aos agraciados – págs. 5, 18, 52, 107, 122, 132, 133, 183 e 201.

Dividas de S. M. a Imperatriz – parecer da comissão de fazenda com projeto marcando 80:000\$ para seu pagamento – págs. 13, 29 e 77.

Deputados Amaro de Barros de Oliveira Lima, Thomaz Antonio Maciel Monteiro e Francisco José de Faria Barbosa – pareceres da comissão de poderes tratando dos motivos expostos pelos ditos deputados para o seu não comparecimento à Câmara – pág. 14.

Discurso do orador da deputação (Sr. Vergueiro) lido ao imperador com a apresentação das leis: 1ª regulando o provimento dos ofícios de justiça; 2ª criando os juizes de paz, 3ª sobre a responsabilidade dos ministros e conselheiros de estado – pág. 26.

Naquele discurso lê-se o seguinte tópico sobre a lei da responsabilidade:

“Esta lei, senhor, é da mais alta importância e pôde chamar-se por excelência a lei prática da constituição. A lei que vela sobre os ministros de estado, vela sobre a execução de todas as leis; ela abraça ao mesmo tempo a estabilidade e a glória do trono com todos os outros interesses nacionais.

A história das nações nos atesta aos abalos que têm sentido os tronos e as calamidades que têm sofrido os povos, por culpa de ministros de estado, que sacrificaram a

confiança do monarca aos seus particulares interesses, e das suas aderências ou a criminoso desleixo e incapacidade impostora.

Para que, nos servem a V. M. Imperial, não fraqueie a fidelidade e ao amor da justiça, convém firmá-los no dever pelo império da lei. E quando mais não fora, bastaria ver na responsabilidade dos ministros, o pedestal sobre que repousa inabalável o mais eminente atributo monárquico, a inviolabilidade, para que esta lei seja digna de V. M. Imperial e dos ardentes votos de todos os brasileiros. ”

Décima de prédios urbanos – projeto do Sr. Leitão de Almeida extinguindo-a na província do Rio Grande do Norte – pág. 48.

Dias santos dispensados – projeto do Sr. Cunha Mattos estatuinto que nas repartições públicas houvesse trabalho naqueles dias – pág. 86.

Deserção – emendas do Senado à proposição da Câmara sobre os militares que houvessem cometido o crime de 3ª deserção – págs. 99, 107 e 127.

Desembargo do paço – projeto abolindo-o – págs. 126, 155 e 171.

Dívida pública – fundação e amortização da dívida pública: discussão das emendas do Senado – pág. 151, 171 e 213.

Dízimo – sobre o dízimo do sal na província do Rio Grande do Norte – pág. 155.

Diário da Câmara – parecer da comissão de redação do *Diário da Câmara* representando contra o estado de atraso em que estavam as discussões, sendo que as do mês de Agosto ainda não haviam sido entregues pelos taquígrafos; propondo que a estes se pagasse por dias e não por meses para estimulá-los no serviço; apresentando uma resolução em que se estabeleceu multas para os empregados negligentes e finalmente indicando para redator principal do Diário ao deputado Januario da Cunha Barbosa – págs. 157, 158, 190, 191 e 205.

Discursos proferidos por alguns deputados, os quais não foram insertos no *Diário Fluminense*, mas saíram publicados no jornal a *Astréa* – pág. 217.

E

Eleição da Mesa – Foram eleitos os mesmos membros do mês anterior – pág. 7.

Escrivão privativo do protesto de letras – adopção do projeto – págs. 17, 183, (emendas do Senado) 193 e 213.

Escrivães e juizes da vintena – projeto do Sr. Maia extinguindo-os – pág. 26.

Empréstimo em Londres – remessa à Câmara de toda a correspondência e ordens relativas aquele empréstimo – pág. 44.

Embarcações compra e construção de embarcações para a guerra com a Cisplatina – proposta do governo pedindo para esse fim à Câmara autorizando e fundos – págs. 47, 108 e 111.

Elemento servil – projeto do Sr. Feijó estabelecendo regras sobre o tratamento dos escravos pelos senhores, castigos, libertação, etc., - pág. 49.

Escolas de primeiras letras – aprovação das emendas do Senado ao projeto da Câmara – págs. 52, 53, 74, 75, 123 e 162.

Escusa do mandato de deputado – é concedida ao capitão-mor José Matheos da Graça Leite Sampaio pelos motivos que alegara; parecer da comissão de poderes; foi aprovado – pág. 52.

Escravos da fazenda nacional empregados no arsenal de marinha – projeto do Sr. Clemente Pereira e outros autorizando o governo a vendê-los – pág. 84 e 101. Não passou a resolução e houveram emendas importantes.

Escravos da nação – que sejam libertados em vez de vendidos; indicação do Sr. Ferreira França, pág. 84.

Eleição da Mesa na sessão de prorrogação em Outubro.

Foram eleitos os mesmos membros do mês anterior, págs. 99 e 131.

Embarcações – projeto do Sr. Calmon autorizando o governo a desarmar aquelas embarcações que julgar menos convenientes nas circunstâncias atuais; a construir, comprar e armar as que convier, etc. – págs. 113 e 115.

Estatística – declaração minuciosa do Sr. Cunha Mattos sobre as dificuldades que encontrara para esboçar um plano estatístico do império, à vista da insignificância dos papéis que existiam na secretaria da Câmara; providencias que requisitou afim de levar ao cabo essa tarefa – págs. 108, 111 e 161.

Empréstimo gratuito para a guerra – parecer da comissão de fazenda – págs. 200, 201 e 205.

F

Frades e freiras – indicação do Sr. Ferreira França para que o clero fosse casado, e para a extinção dos conventos de um e outro sexo, - pág. 11.

Fixação das forças de mar para 1828 – adoção pelo Senado, - pág. 28 e 53.

Fazendas da Ásia importadas por estrangeiros – projeto acerca de sua admissão a despacho – págs. 69, 87, 101, 114, 131, 132, 133 e 204.

Foro pessoal – sua abolição – Vid. *Privilégios de foro*.

Fazendas retidas na alfândega por tempo maior do marcado na lei – percepção de 2% cobrado pelo recebedor da alfandega, do seu produto; parecer da comissão de fazenda e projeto fixando a inteligência da lei – págs. 72, 106 e 115.

Fazendas nacionais de Arari, São Lourenço e outras no Pará – indicação para a venda das ditas fazendas – pág. 78.

Fixação das forças de terra – emendas do Senado à proposição da Câmara – págs. 99, 103 e 113.

Oraram na discussão os Srs. Odorico, Vasconcellos, Cunha Mattos e Teixeira de Gouvêa.

Fez-se saliente no debate que o Senado emendava constantemente os projetos da Câmara; que aumentando o total da força decretada invadira atribuições da mesma Câmara a quem pertencia a iniciativa do recrutamento; censurou-se o engajamento de tropas estrangeiras e a maneira benévola e especial por que eram tratadas; revelaram-se desconfianças de que o algarismo a que o Senado elevava a força tinha por fim atentar contra as liberdades públicas; sendo afinal rejeitadas todas as emendas do Senado.

Em seguida o deputado Custodio Dias propôs que a Câmara oficiasse ao Senado requerendo a fusão; este requerimento foi enviado à comissão de constituição.

Fianças dos presos – projeto – págs. 132, 133, 135 e 136.

Fusão das Câmaras – sobre a indicação do Sr. Custodio Dias – págs. 181 e 199.

Frades ou congregados estrangeiros – projeto do Sr. Nunes Pires proibindo sua admissão – pág. 144.

Fundação da dívida pública – Vid. Divida publica

Fala do trono no encerramento da assembleia geral – pág. 215.

H

Heranças e legados deixados a estrangeiros residentes fora do império – projeto do Sr. de Deos e Silva estatuinto os direitos que deviam pagar – págs. 53, 92 e 121.

Hospitais regimentais – projeto do Sr. Cunha Mattos estabelecendo-os em todos os corpos de 1ª linha – págs. 57 e 86.

I

Isenção de direitos por um ano ou enquanto durar a fome aos gêneros de alimentação que se importasse nas províncias do Ceará e Rio de Grande do Norte – págs. 6, 7 e 25.

Oraram o Sr. Castro Silva, Duarte Silva, Albuquerque, Paula Souza e Queiroz Carreira; este deputado opinou que se concedesse aos estrangeiros o comércio de cabotagem.

Impostos lançados sobre as províncias da Bahia, Pernambuco, Maranhão e Pará para o cofre da intendência geral de polícia da corte – parecer da comissão de fazenda – págs. 12, 52, 86 e 101.

Imposto dos vinhos e aguardentes – 2ª discussão do respectivo projeto de lei – pág. 53.

Oraram os Srs. Vasconcellos, Souza França, Odorico Mendes e Costa Aguiar.

Intendente do arsenal de guerra e inspetor das oficinas do mesmo arsenal – requerimento e projeto do Sr. Cunha Mattos para que por intermédio do respectivo ministro se os convidasse a uma conferência com os membros da comissão de guerra

afim de tratar da reforma dos arsenais e trens do exército; e que o mesmo se praticasse a respeito do comissariado geral – pág. 57.

Imposto do ouro – emendas do Senado ao projeto da Câmara – pág. 107.

Intendência geral da polícia – projeto do Sr. Custodio Dias abolindo-a – págs. 133 e 150.

Inspetor das obras da polícia – projeto do Sr. Custodio Dias abolindo este emprego – pág. 186.

J

Juntas da inspeção do açúcar, algodão e tabaco – projeto extinguindo-as – pág. 14.

Junta de justiça militar no Pará – projeto do Sr. Cunha Mattos decretando sua conservação – págs. 57, 85, 97, 112 e 114.
Orou o Sr. Costa Aguiar.

Juízes de paz – sanção da lei da assembleia geral – pág. 123.

Juntas de justiça militar – projeto do Sr. Queiroz Carreira dando-lhes competência a passarem cartas de seguro por crimes civis aos réus militares – pág. 141.

Juntas de fazenda – sobre o voto singular de qualquer de seus membros para suspender a decisão dos negócios em deliberação, etc. – págs. 151, 191 e 275.

Juntas de justiça militares – emendas do Senado ao projeto da Câmara – pág. 199.

L

Legados pios não cumpridos – sanção da lei – pág. 188.

Lentes dos cursos jurídicos – sobre o ofício do governo acerca da nomeação feita de estrangeiros para aqueles cargos; parecer das comissões de constituição e legislação – págs. 197 e 199.

O Sr. Odorico Mendes requereu a responsabilidade do ministro que despachara estrangeiros para os lugares de lentes; o requerimento foi aprovado.

Limites entre as províncias de S. Paulo e Minas – sobre o projeto do Sr. Vergueiro; parecer da comissão de estatística – pág. 209.

M

Mandato de deputado – Vid. *Escusa do mandato de deputado*.

Mesas de inspeção – projeto de lei; 1ª discussão – págs. 59, 107, 108, 113, 114, 121, 133 e 181.

Meio soldo às viúvas e filhos dos oficiais militares – emendas do Senado ao projeto da Câmara – pág. 68, 92, 107, 123 e 181 (discurso do deputado Vasconcellos ao apresentar a lei à sanção.)

Moeda particular de cobre para a província do Rio de Janeiro – foi o projeto rejeitado – pág. 87.

Mesa da consciência e ordens – projeto abolindo-a – pág. 126, 153 e 171.

Moeda de cobre – projeto da comissão de fazenda regulando o troco de toda a moeda de cobre que girava na Bahia e que era em grande parte falsa – págs. 148, 174, 179, 181, 186, 192 e 205.

Este projeto é precedido de um extenso relatório da comissão.

Oraram os Srs. Baptista Pereira e outros.

Moeda de cobre falsa na Bahia – o governo pede medidas ao corpo legislativo para remediar este mal – pág. 171.

Ministros de estado – sobre os atos anteriores à lei da responsabilidade como se devia proceder? Indicação do Sr. Limpo de Abreu e outros membros da comissão de constituição – pág. 186.

N

Notas do banco – parecer da comissão de fazenda opinando que não convinha conceder ao banco o exorbitante privilegio da circulação de suas notas como moeda em lugares onde não tem ele caixas para pagá-las – pág. 43.

Navegação dos rios discussão do projeto sobre o método de facilitar a navegação dos rios – págs. 56 e 113.

Núncio de 1ª classe – ofício do ministro de estrangeiros comunicando a nomeação do dito núncio e ponderando que o santo padre pedia que o imperador do Brasil, a exemplo dos soberanos da casa de Bragança concorresse com certa soma para a subsistência e representação daquele enviado, visto lutar a corte de Roma com dificuldades financeiras – pág. 139.

O ofício foi remetido às comissões de constituição e fazenda que deram parecer desfavorável – pág. 206.

O

Ofícios de justiça – emendas do Senado ao projeto da Câmara – págs. 16, 17 e 125.

Ordenanças – projeto do Sr. Maia extinguindo-as em todas as províncias – págs. 26 e 70.

Oficiais das casas de fundição em Minas – projeto do Sr. Vasconcellos reduzindo o pessoal e dando outras providencias – pág. 44.

Ordem do dia – ventila-se a questão se um projeto não dado para ordem do dia podia entrar em discussão a requerimento de qualquer deputado; decidiu-se pela afirmativa – pág. 52.

Orçamento da despesa para o ano de 1828 – 3ª discussão – págs. 73, 74 e 77.

Orou o Sr. Almeida Albuquerque.

Orçamento da receita e despesa do império – emendas do Senado – págs. 149, 158, 162, 169, 181 e 204.

Oraram os Srs. Vasconcellos, Odorico Mendes, Cunha Mattos, Custodio Dias, Souza França, Vasconcellos e Calmon.

Ofício do Senado à Câmara marcando a hora da reunião das duas Câmaras no encerramento – propôs o Sr. Vasconcellos que se não tomasse em consideração o ofício do Senado, que o presidente da Câmara designasse a hora da reunião e nomeasse a deputação que com a dor Senado devia esperar o imperador na entrada, págs. 212 e 213.

P

Prejuízos em suas fazendas por pessoas que pegarão em armas contra a causa da independência – projeto do Sr. Odorico Mendes excluindo-os de qualquer indenização – pág. 45.

Professores de dramática latina, retórica, lógica e geometria de São Paulo e Olinda – projeto marcando seus vencimentos – págs. 36, 52, 69, 71, 76, 84 e 101.

Provedoria mor de saúde – sua extinção – págs. 42, 45 e 53.
Orou o Sr. Xavier Ferreira.

Palacetes nas imperiais quintas e fazendas – perguntando o ministro do império se a despesa com a continuação daqueles edifícios deveria verificar-se por conta do tesouro, propôs a comissão de fazenda que se respondesse que depois de assignada a dotação do imperador pela lei de 11 de Agosto nenhuma despesa das que a mesma lei excluiu da dotação podia ser feita sem prévia decretação do corpo legislativo; proposta do ministro para as referidas despesas – págs. 43, 96, 102, 108, 114, 121, 123, 162, 168, 173 e 202.

A resolução da Câmara sofreu emendas no Senado.

No debate perante a Câmara, finda a primeira discussão, o ministro requereu urgência para que entrasse logo em 2ª discussão.

Oraram os Srs. Vasconcellos e Lino Coutinho.

Privilegio de foro – projeto de lei extinguindo-o – págs. 59, 60, 63 e 72.
Oraram os Srs. Soares da Rocha e Vasconcellos.

Pólvora – projeto da comissão auxiliar de fazenda tornando livre o fabrico da pólvora. Deu lugar a este projeto o requerimento de Ignacio Garcia Rosa – págs. 81, 101 e 107.

Pesos e medidas para uso geral do império – requerimento do Sr. Cunha Mattos propondo que se recomendasse ao governo a organização de um sistema geral de pesos e medidas, dependente da aprovação do corpo legislativo – pág. 76.

Pareceres das comissões de marinha e fazenda sobre a proposta do governo acerca de objetos da marinha para os quais pedia autorização e meios pecuniários – págs. 108 e 111.

Oraram os Srs. Calmon e May.

Propostas do governo rejeitadas pela Câmara – parecer da comissão do regimento propondo a formula que deve adoptar-se na remessa ao governo daquelas propostas, e também do modo como deve realizar-se a apresentação dos projetos de lei para a sanção – pág. 122.

Provisão do conselho supremo militar de 23 de Novembro de 1825 – sua revogação – pág. 122, 135, 137 e 147.

Publicação das leis – resolução – págs. 132 e 155.

Propinas que eram percebidas a título de arrematação de contratos de rendas nacionais pelos membros e oficiais das juntas de fazenda das províncias – projeto da comissão de fazenda abolindo-as – págs. 133, 147, 181 e 191.

Pesca das baleias – emendas do Senado ao projeto da Câmara – pág. 136. Vid. *Armações da pesca de baleias*.

Prorrogação da assembleia geral – discurso do orador da Câmara agradecendo ao imperador a dita prorrogação decretada até 15 de Novembro – pág. 136.

Posturas da Câmara municipal da corte – projeto do Sr. Odorico Mendes derogando algumas – pág. 142.

Prisão sem culpa formada – discussão do projeto – págs. 144, 146, 151, 190 e 199.

Projetos adiados pelo Senado – indicação do Sr. Lino Coutinho para que se oficiasse ao Senado, requisitando solução dos projetos que ele, contra a constituição, conservava adiados – págs. 162 e 179.

Promotor eleito para o juízo de jurados nos crimes de liberdade de imprensa – projeto providenciando sobre seu impedimento – pág. 172.

Deu lugar a este projeto o requerimento do coronel Francisco Maria Sodré Pereira.

Professores da língua latina – projeto mandando observar com eles o mesmo que se achava disposto na lei novíssima a respeito dos de primeiras letras – págs. 173, 186 e 205.

Passaportes – sobre a resolução da assembleia geral relativa aos emolumentos dos passaportes dos navios que se expediam pelas secretarias das províncias marítimas do império; comunicou o Senado que Sua Majestade respondera <querer meditar sobre a dita resolução> - pág. 175.

Provisão de 9 de Julho de 1817 – resolução revogando-a – pág. 186.

Pretensão de Marcos Antonio Bricio, escrivão da junta da província do Ceará – págs. 8, 57, 73, 77 e 183.

Pretensão de Pedro Bettamio – págs. 8 e 104.

Pretensão do Dr. Antonio José Coelho Louzada – pág. 10. Vid. Antonio José Coelho Louzada.

Pretensão de João Vieira da Silva – pág. 11.

Pretensão do padre Proposito – págs. 11 e 206.

Pretensão de Francisco de Paula Ribeiro de Brito – pág. 11.

Pretensão do soldado Francisco Antonio – se o conselho supremo militar podia minorar a pena imposta; parecer das comissões de legislação, marinha e guerra – pág. 13.

Pretensão de Gaspar Antonio Malheiros – pág. 15.

Pretensão dos moradores da vila do Livramento de Minas do Rio das Contas – pág. 15.

Pretensão de João Vaz de Carvalho – págs. 20 e 71.

Pretensão dos calafetes do arsenal de marinha – requerimento, parecer da comissão e projeto – págs. 22, 48, 59 e 60.

Pretensão dos lentes da academia militar – pág. 28.

Pretensão de José Tavares França – pág. 44.

Pretensão de Victorino dos Santos Pereira – pág. 44.

Pretensão da Antonio José de Macedo - pág. 48.

Pretensão de Jeronymo Xavier de Barros, escrivão do celeiro público da Bahia – págs. 58, 73, 76 e 183.

Pretensão de Fernando Joaquim de Mattos – págs. 68, 122 e 206.

Pretensão de Antonio da Silva Guedes – págs. 71 e 75.

Pretensão de José Gomes da Silva – pág. 77.

Pretensão de João Gualberto Ferreira dos Santos Reis pedindo ser provido em uma cadeira de gramática latina na Bahia – pág. 77.

Pretensão do padre Antonio de Almeida Pacheco Ceslão, idem, - pág. 77.

Pretensão de Constantino Tavares de Macedo – pág. 77.

Pretensão de José Furtado de Souza e outros – pág. 77.

Pretensão de Paulo Lopes da Silva e outros – pág. 77.

Pretensão dos professores de primeiras letras da Bahia – aumento de ordenados – pág. 77.

Pretensão de Francisco José das Chagas – pág. 77.

Pretensão de Eusebio Vanerio – pág. 78.

Pretensão de Joanna Juvenal do Espirito Santo – pág. 79.

Pretensão de Antonio Saturnino – pág. 79.

Pretensão de Antonio Borges de Campos – pág. 79.

Pretensão de vários moradores da Vila da Cachoeira queixando-se dos impostos a favor do banco – pág. 79.

Pretensão de Silvano Francisco Alves – págs. 80 e 154.

Pretensão de D. Ursula Iria Chaves – pág. 80.

Pretensão de José Pedro da Silva – pág. 80.

Pretensão de D. Jesuina Mathildes da Conceição – pág. 80.

Pretensão de D. Thereza Joaquina de Velasco – pág. 80.

Pretensão de Joaquim José da Silva Seixas – pág. 80.

Pretensão de Luiz da Costa Gomes – págs. 81 e 197.

Pretensão de Ignacio Garcia Rosa – pág. 81.

Pretensão de Silverio Rabello de Figueiredo Sarmento – pág. 81.

Pretensão dos moradores do curato de Nossa Senhora das Dôres de Valença – págs. 81, 103, 197 e 200.

Pretensão de João Marcellino Rodrigues – pág. 82.

Pretensão do coronel José de Noronha – pág. 82.

Pretensão de Joaquim José de Oliveira – pág. 82.

Pretensão de Estevão Francisco de Carvalho – pág. 82.

Pretensão do Padre Luiz Manoel de Souza Freire – pág. 83.

Pretensão de Angelica Roza – pág. 82.

Pretensão do Padre Antonio José Gonçalves de Figueiredo – pág. 83.

Pretensão de Pedro Gonçalves da Silva e outro – pág. 88.

Pretensão de Antonio Eustaquio da Silva – pág. 88.

Pretensão de Angelo Pereira Bastos – pág. 88.

Pretensão de Antonio Joaquim Pereira da Silva – págs. 89 e 124.

Pretensão da irmandade do Senhor Bom Jesus de Iguape – págs. 89 e 124.

Pretensão de Cypriano José Barata de Almeida – ofício do ministro da justiça relativo à queixa deste cidadão – pág. 93.

Pretensão dos escrivães, tabeliães, inquiridores, etc. da cidade do Recife queixando-se de seus pequenos salários – parecer da comissão de legislação, justiça civil e criminal, e projeto – págs. 93 e 153.

Pretensão de Antonio Machado de Carvalho – págs. 99 e 154.

Pretensão do marquês de Jacarepaguá – pág. 100.

Pretensão de Baptista Caetano de Almeida pedindo isenção do porte do correio para os jornais, e de direitos para os livros que fossem dirigidos a uma biblioteca por ele fundada em São João del Rei – houve um projeto da Câmara – págs. 100, 121, 139 e 147.

Pretensão de Miguel Joaquim Cerqueira – págs. 106 e 124.

Pretensão do almirante a oficiais da esquadra do Rio da Prata, sobre presas – pág. 107.

Pretensão de alguns moradores da Bahia pedindo indenizações por prejuízos que sofrerão da parte das tropas lusitanas – pág. 122.

Pretensão de Caetano Lopes Villas Boas – pág. 124.

Pretensão de negociantes da Bahia pedindo providencias contra a moeda de cobre falsa – pág. 127.

Pretensão de Bernardino da Assumpção – págs. 133 e 147.

Pretensão de José Agostinho de Lizaur – págs. 133, 142, 154, 184 e 208.

Pretensão do padre José Gomes Sardinha – pág. 135.

Pretensão de Joaquim Theodoro da Rosa – págs. 140, 155 e 185.

Pretensão do coronel Francisco Maria Sodré Pereira, pág. 154 e 171.

Pretensão de Francisco Roberto da Silva – pág. 141.

Pretensão de Claudio Marques de Lima – pág. 141.

Pretensão de Bento Fonseca – pág. 141.

Pretensão de Francisco da Cunha Muniz e Gusmão – pág. 141.

Pretensão de Antonio José Gonçalves de Figueiredo, pág. 153.

Pretensão de Antonio José Ferreira - pág. 154.

Pretensão de Carlos Delamare – pág. 154.

Pretensão de Manoel Caetano Soares – pág. 161.

Pretensão de Maximiano Antonio de Azevedo, págs. 162 e 183.

Pretensão de José Gonçalves Braga – pág. 162.

Pretensão do conselheiro Balthazar da Silva Lisboa – pág. 174.

Pretensão de Egydio da Costa Alvarenga queixando-se de atos arbitrários do presidente do Piauí, barão da Parnaíba – págs. 187 e 214.

Pretensão de Francisco Dias de Castro – pág. 192.

Pretensão do deputado Feliciano Nunes Pires – pág. 192.

Pretensão de Plácido dos Santos – pág. 197.

Pretensão de Antonio Pereira Pinto oferecendo as bases do plano para uma sociedade de agricultura e artes da província fluminense – pág. 197.

Pretensão de Thomaz de Aquino – pág. 203.

Pretensão de Estantislão Antonio Teixeira da Motta – pág. 206.

Pretensão de D. Anna Clementina Violante Xavier Botelho – pág. 207.

Q

Quinto do ouro – sobre o respectivo projeto de lei – págs. 23, 114, 123, 144 e 182.

Discurso do deputado Vasconcellos ao apresentar à sanção esta lei.

Quinto do ouro – ordenando o marquês de Baependi, *ministro da fazenda*, que se não quintasse nas casas de fundição de Minas Gerais o ouro que a elas fosse levado para fundir pela companhia inglesa do Congo-Soco, e considerando tal medida além de ilegal mui ruinosa, o deputado Teixeira de Gouvêa apresentou requerimento pedindo informações ao governo. E o deputado Vergueiro mandou à mesa um aditamento nestes termos: “que se proceda à acusação do ministro marquês de Baependi” - págs. 86, 184 e 193.

R

Revistas de graça especialíssima – ao Senado comunica que o projeto da Câmara fora adotado – págs. 22 e 53.

Reforma judiciária – projeto do Sr. Vasconcellos estabelecendo o modo como deverão ser recebidas as querelas dos magistrados ou juizes durante ou depois do exercício de suas funções, etc. – pág. 44.

Responsabilidade dos ministros e dos conselheiros de estado – Vid. Discurso do orador da deputação da Câmara, quando apresentou à sanção da lei – pág. 123.

Regimento interno da assembleia geral – é enviado pelo Senado - pág. 68.

Religiosos – serão reunidos nos conventos que mais cômodos forem para viverem regularmente segundo seus institutos; os conventos por este facto abandonados pertencerão à administração do estado, etc. projeto do Sr.; Feijó, - pág. 85.

Reformas dos oficiais combatentes do exército e projeto ampliando as disposições do alvará de 16 de Dezembro de 1790, aos oficiais de saúde, secretários, capelães e picadores do mesmo exército – pág. 103 e 107.

Rendimento das alfândegas – discussão das emendas do Senado ao projeto da Câmara – págs. 112, 123, 144 e 175 (discurso do deputado Vasconcellos ao apresentar a lei à sanção.)

Regimento comum – projeto do regimento comum; votou-se unanimemente que não passasse à 2ª discussão – pág. 152.

Reforma judiciária – diversos projeto do Sr. Miranda Ribeiro sobre este assunto – pág. 173.

Receita e despesa de diferentes províncias – relatório da comissão sobre as respectivas contas – págs. 175, 185 e 207.

Revistas em causas de presas – suspensão da execução da sentença naquelas revistas – pág. 205.

S

Socorros às províncias do Ceará e Rio Grande do Norte – Vid. *Isenção de direitos*.

Subsídio dos deputados e Senadores – projeto do Sr. Castro Silva – pág. 13.

Supremo tribunal de justiça – parecer da comissão de legislação – págs. 19, 31, 36, 41, 72 e 87.

Oraram os Srs. Cesario de Miranda, Vasconcellos, Lino Coutinho, Xavier de Carvalho, Costa Aguiar, Paula Souza, Vergueiro e Odorico Mendes.

Sal produzido no Rio Grande do Norte – projeto do Sr. Leitão de Almeida, marcando para a exportação o imposto de 100 rs. por alqueire – pág. 48.

Subsídio dos membros do corpo legislativo – resolução do Senado negando seu consentimento à proposta da Câmara – pág. 53.

Seminário da diocese do Maranhão – parecer da comissão de fazenda sobre a proposta do bispo eleito, relativa à sua dotação – págs. 78 e 103.

Sesmarias – sobre o projeto de lei concernente às sesmarias concedidas depois do ano de 1808 – págs. 92 e 97.

Oraram os Srs. Souza França, Clemente Pereira e Vergueiro.

Sentenças definitivas em última instancia – projeto do Sr. Vasconcellos, estabelecendo a forma por que deviam ser proferidas, dando-lhes toda a publicidade, etc. pág. 124 – Vid. *Sessão de 5 de Julho*.

Sentenças dos conselhos de guerra nas províncias – sanção da lei – pág. 131.

Selador das alfandegas do império – projeto da comissão de fazenda, extinguindo este emprego – págs. 133, 151, 200 e 203.

Sucessão – sobre o tempo em que deve considerar-se morto aquele que ausentando-se de um lugar não se sabe posteriores notícias; projeto acerca da devolução da herança em tais casos – págs. 172 e 205.

Deu lugar a este projeto o requerimento de João Rodrigues Martins e D. Anna Thereza Martins, da cidade do Pará.

Subsídio – reclamação de alguns deputados sobre subsídio – págs. 185, 191 e 193.

Selo das heranças e legados – projeto relativo à forma de sua arrecadação quando se tratasse de usufruto – pág. 194.

Secretários de estado – projeto do Senado indicar quais os negócios que deviam ser tratados em conselho de ministros – pág. 204.

Secretaria da Câmara – providencias adoptadas sobre sua gerencia no intervalo das sessões – pág. 213.

T

Tratado de 29 de Agosto de 1825, com Portugal – requerimento da comissão de diplomacia – págs. 30, 42, 75 e 202.

Tropas estrangeiras – pedido de informações do Sr. Custodio Dias, sobre o número de tropas estrangeiras que haviam entrado, e estavam a entrar a serviço do Brasil – págs. 99 e 137.

Tratados com diversas nações estrangeiras – sobre o voto separado do Sr. May – pág. 193.

V

Verificação de poderes de Miguel Joaquim de Cerqueira e Silva – a comissão considerou sem valor o diploma apresentado por este candidato – págs. 24 e 41.

Oraram os Srs. Teixeira de Gonçalves, Lino Coutinho, Odorico Mendes, Luiz Cavalcante, Maia, Pires Ferreira e Vergueiro.